

## Na Escola Reynaldo dos Santos

# Presidente do Tribunal de Contas dá aula sobre prevenção da corrupção a alunos de Vila Franca

A terceira edição do concurso nacional “Imagens contra a Corrupção” foi lançada, na quarta-feira, na Escola Reynaldo dos Santos de Vila Franca de Xira. Na oportunidade, Guilherme de Oliveira Martins, presidente do Tribunal de Contas, deu uma “aula” sobre prevenção da corrupção a perto de 200 alunos da escola, que se revelaram muito interessados no tema.

Jorge Talixa

O Conselho de Prevenção da Corrupção escolheu a Escola Professor Reynaldo dos Santos de Vila Franca de Xira para a apresentação da terceira edição do concurso nacional “Imagens contra a Corrupção”. No auditório da escola estiveram o comissário do Plano Nacional de Leitura, o vice-presidente da Câmara vila-franquense, o director-geral e o presidente do Tribunal de Contas que dialogaram com uma plateia de perto de 200 alunos sobre este tema sempre controverso. Os jovens alunos da Reynaldo dos Santos mostraram-se muito atentos e colocaram questões muito pertinentes ao presidente do Tribunal de Contas, que respondeu a algumas e “rodeou” outras o melhor que pôde.

Guilherme de Oliveira Martins revelou que, segundo um estudo internacional, apenas 1 por cento dos portugueses “confessaram” já ter estado envolvidos num acto de corrupção, quando a média europeia ronda, os 3 por cento. O presidente do Tribunal de Contas, admite

que este registo, à primeira vista, pode parecer que “é bom”, mas, no seu entender, significa que, na sociedade portuguesa, “não há consciência clara e suficiente” do que são os fenómenos de corrupção e, às vezes, as pessoas envolvem-se nesse tipo de comportamentos sem querer ou sem sequer se aperceberem.

Na sua intervenção inicial, o presidente do TC vincou que “a corrupção é algo que está muito mais próximo do que as pessoas pensam” e que começa desde logo pelo pequeno favor ou pela “cunha” para atingir determinado fim. “Ao falarmos de corrupção estamos a falar da verdade contra a batota. A corrupção começa num

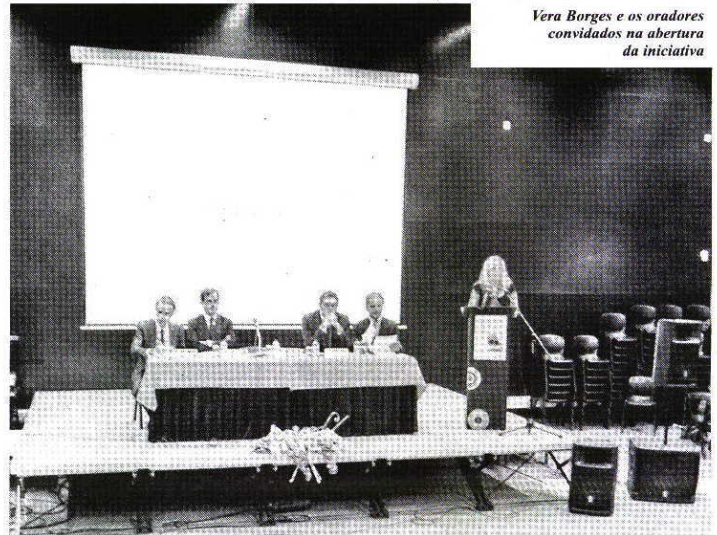


## Inscrições abertas até final de Outubro

Dirigido a escolas dos 2.º e 3.º ciclos e secundárias, este concurso nacional “Imagens contra a Corrupção” tem duas modalidades: artes plásticas e vídeo. O prazo de inscrição termina a 31 de Outubro mas os participantes podem entregar os seus trabalhos até 17 de Abril de 2015. Os vencedores do ensino secundário ganham um fim-de-semana numa unidade hoteleira do Inatel (grupo até 30 alunos), enquanto os vencedores do 2.º e 3.º ciclos ganham uma actividade no Visionarium para um grupo também até 30 alunos.

pequeno favor que a sociedade aceita”, acrescentou, frisando que a “batota” ou a “cunha” não podem ser mais fortes do que a verdade ou a justiça.

O tema cativou bastante os alunos presentes na sala e muitos quiseram colocar questões ao presidente do TC. Guilherme de Oliveira Martins evitou falar do caso BES, abordado logo na primeira questão, mas constatou que a corrupção tem “os piores efeitos” na economia e lembrou que, nos últimos 30 anos, o Tribunal de Contas tem trabalhado muito no sentido da redução das derrapagens de custos nas obras



Vera Borges e os oradores convidados na abertura da iniciativa

públicas, que chegavam a atingir sete vezes mais do que o custo inicial previsto. Uma das alunas quis saber se “Portugal é um País corrupto” e que comparação pode ser feita com outros países. Oliveira Martins vincou que a corrupção não se pode medir, só pode ser comparada pela impressão, pela ideia que as pessoas têm. E, aí, um estudo internacional conclui que 90 por cento dos portugueses acham que há corrupção em Portugal. “Não é o nível mais elevado, há bastantes países com 95 e 96 por cento. Mas com o mal dos outros podemos nós bem”, referiu, salientando, todavia, que já no que diz respeito ao eventual envolvimento num acto de corrupção apenas 1 por cento dos inquiridos o confessou, quando a média europeia é de 3 por cento. “Há corrupção, é verdade, e temos que a combater. É um fenómeno que nos preocupa. Acho que não será 1 por cento, deve ser mais certamente, mas é preocupante que as pessoas não tenham consciência que às vezes estão envolvidas num acto de pequeno favor, que por vezes acaba num crime e que pode ser gravíssimo”, alertou.

Valores éticos e de cidadania

Antes, na abertura da sessão, Vera Borges, directora da Escola Reynaldo dos Santos, saudou os presentes e realçou o papel que os estabelecimentos de ensino devem ter incutindo valores éticos e de cidadania nos seus alunos. “No contexto da prevenção da corrupção é extremamente importante salvaguardar os valores da ética e da cidadania pautados no projecto educativo do Agrupamento de Escolas Professor Reynaldo dos Santos. Estes nobres valores norteiam as nossas práticas lectivas quotidianas, os planos de actividades e os projectos que nas escolas do agrupamento são implementados”, afirmou.

Já Fernando Paulo Ferreira, vice-presidente da Câmara de Vila Franca e responsável pelo pelouro da educação, sublinhou que esta questão da prevenção da corrupção deve estar em cima da mesa e deve ser alvo de conversas

em todas as idades. “Todos os dias podemos estar a contribuir para uma sociedade melhor. Para além desse aumento da inteligência colectiva, é fundamental, para que um país funcione, que o seu sistema de justiça funcione. O Tribunal de Contas, diz-se muitas vezes, é uma ilha de eficácia num sistema de justiça muito pesado. Este País precisa de um sistema de justiça que funcione para que não haja uma suspeita permanente sobre tudo e sobre todos, porque os culpados não pagam pelo fizeram. A suspeita permanente não é boa para a democracia e não é boa para a República”, alertou. Fernando Pinto do Amaral, responsável do Plano Nacional de Leitura, lembrou as mensagens de alguns vídeos, passados durante a sessão, sobre o tema da prevenção e do combate à corrupção. “É muito importante termos a noção de que em tudo na vida estamos a jogar limpo”, rematou.

## Economia paralela deve ter redução drástica no pós-troika

No final, em declarações ao Voz Ribatejana, Guilherme de Oliveira Martins admitiu que, numa fase de acentuada crise económica, a chamada economia paralela/não registada cresceu, nos últimos anos, na sociedade portuguesa. “Há cerca de 4/5 anos, essa economia não registada, economia subterrânea, correspondia a cerca de 20 por cento. Hoje, em virtude da crise financeira, corresponderá a 25/26 por cento. Obviamente que a nossa preocupação é garantir que a economia não registada seja menor, uma vez que a economia não registada favorece a fraude e a evasão fiscais”, observou o presidente do Tribunal de Contas. “Não quero ter qualquer comentário alarmista, porque temos dispositivos. Não há sociedades perfeitas. A crise determinou o aumento da economia paralela e não registada. Perante a crise, no pós-troika, temos que reduzir drasticamente a economia não registada, porque reduzindo-a temos mais impostos (cobrados) e maior justiça fiscal. Não se trata de propor reduções de impostos, trata-se apenas de dizer que com maior eficácia na cobrança há receitas para termos melhores serviços públicos”, rematou, frisando que o TC tem cada vez mais trabalho, porque vão surgindo novos fenómenos e reconhecendo que uma das grandes preocupações do Tribunal também tem sido o controlo do endividamento de empresas públicas e de autarquias locais.